



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

XX Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e treze, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), em Belém/PA, realizou-se a XX reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA) com a participação de sete Conselheiros titulares e cinco suplentes, totalizando doze membros (*quorum*), a saber: Geraldo Narciso da Rocha Filho, conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – **Secti**; Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira, conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – **Sepaq**; Tereza Cristina Barbosa da Silva, conselheira suplente da Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – **Seidurb**; Marta Helenise Maia Amorim, conselheira suplente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – **Idesp**; Fernanda Jorge Sequeira, conselheira titular da Procuradoria Geral do Estado – **PGE**; Solange Valadares Dias, conselheira titular do Consórcio de Desenvolvimento Social Econômico Intermunicipal – **Codesei**; Valdinei Mendes da Silva, conselheiro titular do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – **IFPA**; Vera Nobre Braz, conselheira suplente do Centro Universitário do Estado do Pará – **Cesupa**; Shirley Coelho da Silva, conselheira titular do **Grupo de Ações Ecológica Novos Curupiras**; Heraldo José Meirelles, conselheiro titular da Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté – **Guarcuru**; Carlos Alberto do Amaral, conselheiro titular da Cooperativa de Pescadores Artesanais e Armadores de Pesca – **Cepapa**; Aprígio Pereira da Silva, conselheiro titular da Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará – **Amut**; Hermes Rodrigues de Souza Filho, que participou da reunião como representante da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – **Amam**. Justificou ausência: Antônio Carlos Abraão, conselheiro suplente Secretaria de Estado de Agricultura – **Sagri**. Os trabalhos foram abertos pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CERH-PA, senhor **José Alberto da Silva Colares**, que realizou a leitura dos pontos da pauta antes de suas considerações. Em seu pronunciamento, ele atualizou os conselheiros sobre as informações referentes ao Projeto de Lei de criação do Instituto de Água e Clima do Pará – IACP, que no momento está em processo de avaliação e revisão da estrutura organizacional proposta na SEAD. Quanto a este assunto, ele ressaltou que cinquenta por cento dos cargos da autarquia serão ocupados pelos servidores de carreira da Diretoria de Recursos Hídricos, a partir do critério da meritocracia, projeto de carreira e principalmente a garantia da memória técnica do Órgão. Além disso, comentou sobre a contratação do Sistema de Gerenciamento de Outorgas do Estado do Pará, importante para o gerenciamento e controle das outorgas nas bacias hidrográficas do Estado. O Presidente informou ainda, que está retomando a mobilização para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

36 e iniciou a contratação de uma consultoria para implementar o Sistema de Informação de
37 Recursos Hídricos, que é um dos instrumentos da PERH, como também a contratação de
38 uma consultoria para realizar o estudo sobre cobrança de recursos hídricos, ambas com
39 recursos provenientes do Programa Pará Rural, no entanto, acrescentou que todo este
40 trabalho será inviável sem servidores e sem um sistema de gestão adequado, ainda que este
41 problema será solucionado com a realização de concurso público após a aprovação do
42 Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), pois a lei que rege a
43 Sema não considera a demanda atual de cargos necessários para a gestão ambiental. Sobre a
44 reestruturação da Secretaria, ele comunicou que futuramente será criado o Centro de
45 Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, que englobará a Sema como coordenadora,
46 o Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (Ibap) para tratar dos recursos florestais, o
47 Instituto de Águas e Clima do Pará (IACP) para tratar sobre a gestão das águas e duas
48 Superintendências vinculadas à Sema, são elas: Gestão e Licenciamento Ambiental e
49 Projetos Especiais e Interdisciplinares. Sintetizando, ele comentou sobre o Plano Estadual
50 Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PEGIRS), em fase de finalização, e
51 informou que no princípio a Política Estadual de Resíduos Sólidos esteve sob a
52 responsabilidade da Secretaria, por meio da Diretoria de Recursos Hídricos (DIREH), com
53 recursos alocados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a contratação do respectivo
54 Plano. Na ocasião, a Diretoria de Planejamento tratou do apoio à Política Municipal de
55 Resíduos Sólidos, sendo que a coordenação e implantação da Política Estadual de
56 Saneamento ficaram sob a responsabilidade da **Seidurb**. Em meio a estas vertentes, também
57 estiveram envolvidos os vetores da drenagem urbana, do abastecimento da água,
58 esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos. Com o intuito de integrar essas informações ao
59 Plano Estadual de Saneamento, os resultados da consultoria do PEGIRS serão
60 disponibilizados à **Seidurb**, mas o **Presidente** avisou que antes a Sema fará uma avaliação
61 dos resultados deste trabalho para verificar a necessidade de complementações, pois o
62 mesmo servirá de matéria-prima para a Política Estadual supracitada, que será elaborada
63 pela **Seidurb**. A questão dos resíduos sólidos será tratada não somente como um Plano, mas
64 também como um programa de apoio ao desenvolvimento das políticas e do planejamento
65 municipal de resíduos sólidos, inclusive com um programa de organização e fomento aos
66 coletores e seletores de resíduos. A conclusão desse trabalho será apresentada ao Conselho,
67 conforme acrescentou o Presidente. Para cumprir o cronograma das atividades do referido
68 Plano, ele informou que a Sema está negociando com o MMA o montante do recurso não
69 utilizado com a elaboração do PEGIRS, com o intuito de investir nas audiências regionais
70 para a apresentação dos resultados dos trabalhos aos municípios, ainda este ano. Ao finalizar
71 seu discurso, comunicou a necessidade de ausentar-se e garantiu aos conselheiros que ao
72 consolidar todo o planejamento ele comparecerá ao Plenário para informá-los. O Projeto de
73 Lei está na Secretaria de Estado de Administração (Sead) para aprovação e, antes de
74 encaminhá-lo à Alepa o Conselho terá conhecimento. Seguindo a ordem do dia, a
75 **Secretária Executiva, Verônica Bittencourt**, anunciou aos presentes as alterações das
76 representações das duas vagas do poder público municipal, conforme as indicações da
77 Federação das Associações Municipais do Estado do Pará (**Famep**): Como titular a **Amut**,



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

representada por Aprígio Pereira e como sua suplente a **Famep**, representada por Izabel Pantoja; Como titular a Associação dos Municípios da Calha Norte (**Amucan**), representada por Rosileide Fonseca e seu respectivo suplente a **Amam**, representada por Walberê Filho. No que se refere aos conselheiros substituídos, ela citou os nomes conforme as categorias: Poder Público - Rita Karoline Facundo Gonçalves, como suplente da Secretaria Estadual de Saúde – **SESPA**; Fernanda Jorge Sequeira, como titular e Abelardo Sérgio Bacelar da Silva, como suplente da **PGE** e Marta Helenise Maia Amorim, como suplente do **Idesp**; Sociedade Civil - Heraldo José Meirelles, como titular e Agnaldo Pereira da Souza, como suplente da **Guarcuru**; Usuários de Recursos Hídricos - Ronaldo Jorge da Silva Lima, como titular e Alberto Rogério da Silva, como suplente do Instituto Brasileiro de Mineração (**IBRAM**). Após este procedimento, ela submeteu à aprovação do Plenário a ata da XIX reunião ordinária do CERH-PA, realizada no dia quatorze de dezembro de dois mil e doze, que foi aprovada por nove conselheiros, nenhum voto contrário e uma abstenção. No próximo ponto de pauta, a **Secretária Executiva** realizou a leitura das propostas da Secretaria Executiva sobre algumas alterações do Regimento Interno do CERH, mas ressaltou que a aprovação será realizada após a análise e possíveis contribuições dos Conselheiros, que deverão ser apresentadas na próxima reunião. Entre as alterações regimentares, propôs-se a inclusão de um artigo e um parágrafo na Seção II, do Funcionamento do Plenário, da seguinte forma: (Art.) “A ausência imotivada de membros do Conselho por três reuniões consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um biênio, implicará exclusão da instituição governamental ou setor por ele representado” e (§ 5º) “O conselheiro titular ou respectivo suplente beneficiado, deverá apresentar relatório de viagem devidamente assinado com bilhetes de passagens originais em anexo, à Secretaria Executiva do CERH, no prazo de quinze dias após a realização da reunião”. Na Seção III, das Câmaras Técnicas, propôs-se a alteração do § 1º para: “O Presidente da Câmara Técnica, que deve ser representante titular ou suplente do CERH, terá mandato de dois anos, permitida a sua reeleição”. Na oportunidade, **Fernanda Sequeira (PGE)** sugeriu definir um período para o encaminhamento das manifestações à Secretaria Executiva. Sendo assim, estipulou-se o prazo de trinta dias para esta finalidade. Oportunamente a **Secretária Executiva** destacou alguns aspectos relevantes, tal como a necessidade da maior integração e participação dos conselheiros, assumindo parte da culpa em nome do Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos como motivadores do Conselho, porém não eximiu a importância do maior comprometimento dos conselheiros para o andamento dos trabalhos. Neste sentido, ela salientou que antes de cada reunião a Secretaria Executiva encaminha solicitação de sugestão de pauta, por considerar a importância da expressão dos conselheiros nas deliberações deste colegiado, pois as questões hídricas do Estado são fortemente debatidas e cada vez mais, problemas relacionados têm surgido, fato que demonstra a existência de problemáticas a serem discutidas no âmbito do Conselho. No ensejo, a **Secretária Executiva** aproveitou para informar sobre o Seminário sobre Gestão dos Recursos Hídricos, agendado para o dia três de outubro, direcionado para os conselheiros e membros das Câmaras Técnicas, com palestras ministradas por representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

(SRHU/MMA), com o objetivo de atualizar o conhecimento sobre alguns temas a nível nacional. Antes do início da apresentação sobre a Sala de Situação, ela justificou a necessidade de incluí-la na pauta, pois se trata de uma ação desenvolvida pela Direh resultante de um convênio com a ANA, desde o ano de dois mil e onze. Com a palavra, **Antônio Souza**, Coordenador de Informação e Planejamento Hídrico, iniciou a apresentação informando que o Pará está entre os dez primeiros Estados que assinaram o acordo com a Agência para a previsão de eventos meteorológicos extremos. Na ocasião foram expostas à ANA as problemáticas do Estado referentes às enchentes, como por exemplo, situações recorrentes no Tapajós, Xingu, Araguaia-Tocantins e ocorrências também na cidade de Marabá. Na continuidade, ele mostrou os resultados do citado acordo desde a sua assinatura (janeiro de dois mil e doze) demonstrando através de mapas as redes de estações meteorológicas sob a responsabilidade do Estado, instaladas na década de noventa em onze municípios, entre eles: Altamira, Capanema, Redenção, Ulianópolis, Jacareacanga, Tailândia e Novo Progresso, observando que as informações referentes aos dados sobre previsão de chuva (tecnicamente chamada como precipitação), temperatura do ar, umidade, vento e pressão atmosférica são obtidas instantaneamente, com defasagem a cada três horas devido à transmissão e recepção do sistema de satélite. Há também uma proposta de expandir a rede de estações, em parceria com a Diretoria de Áreas Protegidas da Sema, para a instalação de mais quinze estações meteorológicas completas com análise de produção ambiental, objetivando obter o conhecimento necessário para trabalhar o monitoramento em regiões de áreas protegidas. Com isto, o Estado obterá informações que ainda não possui sobre as localidades pretendidas. Atendo-se sobre o acordo firmado com a ANA, **Antônio Souza** incluiu em seu discurso os outros objetivos do citado convênio, tal como a ampliação e modernização da rede hidrometeorológica do Estado, com sensores de precipitação, que está diretamente relacionada às enchentes, e sensores de nível dos rios, chamados de estações-chuva-nível e a partir disso será possível trabalhar com a modelagem hidrológica, com o conhecimento da quantidade de chuva ocorrida nas bacias hidrográficas e elaborar o deslocamento de onda de cheia e saber quanto de precipitação cai em um ponto da montante e quanto impactará a jusante para a elevação do nível do rio. Neste aspecto, **Valdinei Silva (IFPA)** questionou sobre a possibilidade de potencializar uma única instituição que já possui o domínio destes equipamentos, ao invés de dividir esforços para tratar da mesma finalidade. Em resposta o Coordenador explicou que o desmembramento desta atividade é estratégico, devido à extensão territorial do Estado, considerando as características intrínsecas de cada região do Pará, principalmente na questão do deslocamento. A responsabilidade da rede do Estado está dividida em partes distintas, com o domínio da Companhia de Recursos Minerais – **CPRM/ANA** e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - **Elettronorte**. Em parceria com a **CPRM**, a **Sema** oferece apoio técnico amenizando a necessidade de se ter uma equipe com um número considerável de técnicos para realizar este trabalho; a exemplo disto citou o Estado de Minas Gerais, que possui o maior contingente na manutenção da rede. Contudo, ele concluiu que nem totalizando o número de técnicos da CPRM e DIREH será possível atingir a quantidade de servidores responsáveis por este trabalho em Minas Gerais. O Coordenador informou também as condições de trabalho, estrutura e o



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

quantitativo de técnicos operando o sistema na Diretoria. Entre os pontos do acordo com a ANA há também a visualização das áreas com potencial de risco, chamada de potencial de inundação, neste sentido, foi detectada na região de Marabá e Parauapebas a estimativa entre seis a oito eventos de cheias nos últimos dez anos, quando estes fenômenos desencadearam outras situações de calamidade, tais como mortes e desabrigo de famílias. Com a implementação do Sistema Estadual de Informação sobre Recursos Hídricos- SEIRH, todas as informações da rede de estações meteorológicas e hidrometeorológicas estarão disponíveis para os usuários, ressaltou **Antônio Souza**. O acordo prevê subsídio para a instalação de quinze estações com a possibilidade de mais aquisições, com o objetivo de adensar cada vez mais a rede e preencher as lacunas de informações necessárias no Estado. Além deste trabalho, são também desenvolvidos Boletins Climáticos diários e mensais e Boletim Hidroclimático advindo de um Termo de Cooperação assinado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – **Sudam** e Universidade do Federal do Pará – **UFPA**, em parceria com a **Sema**, para o monitoramento diário e modelagem de curto prazo, ou seja, para conhecer a variação do rio de um dia para o outro, com previsão de no máximo cinco dias e o plano de contingência, de longo prazo. O Coordenador explicou que conforme a informação obtida alerta-se a Defesa Civil Estadual, através do Corpo de Bombeiros. Retomando a discussão, **Vera Braz (Cesupa)** questionou se os esforços da Sema não seriam superposição de trabalho, já que a Secretaria é um órgão gestor e não executor, assim o controle das estações deveriam estar sob domínio da CPRM e Eletronorte, não havendo a necessidade de gastar tempo com estes procedimentos de instalação, quando se tem muito à fazer na Sala de Situação. Ao responder o questionamento, a **Secretária Executiva** informou que a ANA é a coordenadora das estações, que contratou a CPRM em parceria com a Eletronorte para operar nos Estados. A ANA propôs aos Estados a assinatura dos acordos para instalação das Salas de Situação, com a finalidade de doar as estações, sob a condição destes investirem nesta área, assumindo este papel em parceria com a Agência. Houve muitas discussões neste sentido, principalmente porque o Pará não dispõe de equipe técnica suficiente, equipamentos e ainda possui dificuldade para a aquisição de estações. Com o repasse das estações e equipamentos necessários para montar as Salas de Situação, a ANA se eximiu da responsabilidade de mantê-las, porém a **Secretária Executiva** ressaltou que a operação, manutenção e contratação da equipe são as etapas mais dispendiosas. No entanto, diante da necessidade de possuir as informações básicas para a gestão, o Estado precisa aceitar o desafio e investir na área de monitoramento que é a base para a gestão. Os dados adquiridos estão disponíveis no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), fato que demonstra que não há sobreposição de encargos, pois todas as fases do processo foram pensadas de forma a integrar o Sistema Nacional. Além disto, o Estado aceitou este desafio por considerar a necessidade de aumentar o seu monitoramento, pois existem poucas estações coordenadas pela ANA, destas, mais de cinquenta por cento estão inativas. **Antônio Souza** então acrescentou que o Pará e os vinte Estados brasileiros, também assumiram o acordo com os mesmos objetivos e critérios, com exceção de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que já possuíam e mantinham as suas redes de monitoramento antes do acordo. Nesse momento a conselheira **Solange Valadares**



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

(Codesei) sugeriu discutir o tema em uma reunião específica, por se tratar de um assunto extenso. A **Secretária Executiva** submeteu a sugestão do Plenário, resultando em quatro votos a favor da proposição, seis votos contrários e nenhuma abstenção. No próximo ponto de pauta, o Gerente de Planejamento e Usos Múltiplos (Geplu/Sema), **Edson Pojo** apresentou os resultados dos cursos à distância promovidos pela ANA em parceria com a Sema para os conselheiros do CERH-PA, como parte do Projeto Água - Conhecimento para Gestão. Com o intuito de capacitar os membros das CTs e conselheiros, a Sema solicitou à ANA a realização dos cursos, que por sua vez atendeu ao pedido oferecendo oportunidades em quatro cursos: Comitês de Bacias: o que é, o que faz; Comitês de bacias: práticas e procedimentos; Alternativas organizacionais para a gestão de Recursos Hídricos; e Planejamento Manejo e Gestão de Bacias. O gerente então apresentou por meio de gráficos o desempenho da primeira turma. Dos trinta e cinco inscritos, trinta e quatro por cento foram aprovados, quatorze por cento desistiram, quarenta e três por cento nunca acessaram e nove por cento reprovaram. No entanto, ele informou que nem todos os participantes eram integrantes do Conselho, desta forma demonstrou apenas o desempenho dos conselheiros e chegou ao seguinte resultado: treze por cento - aprovados, vinte por cento - desistentes, quarenta e sete por cento - nunca acessaram e vinte por cento – reprovados (dados fornecidos pela ANA). Com base nos dados, a **Secretária Executiva** chamou atenção para a necessidade da maior participação dos conselheiros, pois o notável desinteresse poderá fazer com que a ANA não ofereça mais cursos para o Estado. Justificando-se, os Conselheiros alegaram falta de tempo e problemas no sistema de acesso à plataforma do curso. Como sugestão, o conselheiro **Valdinei Silva (IFPA)** propôs a criação de um fórum virtual como estratégia para estimular a integração dos Conselheiros nos assuntos pertinentes à questão hídrica, já que com essa ferramenta todos poderiam ter acesso às informações nivelando o conhecimento dos integrantes, com um sistema de monitoramento de presença. Sobre esta proposta, a **Secretária Executiva** ressaltou que irá verificar as possibilidades, mas não descartou a importância dos *E-mails*, pois qualquer problema relacionado ao Conselho poderá ser comunicado através deste meio eletrônico. No ensejo, destacou a necessidade de compromisso dos conselheiros para tentar cumprir o cronograma dos cursos realizados pela ANA. Na sequência da pauta, a **Secretária Executiva** conduziu os debates sobre a aprovação da minuta de Resolução nº 14, que estabelece a composição da CTIL, CTPERH e CTCEAR, para o período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2014, apresentada durante a XIX reunião do CERH, quando foram observados alguns problemas. Com os devidos ajustes, ela realizou a leitura do documento e o submeteu à aprovação do Plenário, porém não foi possível deliberar sobre a matéria devido à evasão dos conselheiros no decorrer da reunião, restando assim apenas dez conselheiros. Consciente das dificuldades da categoria da Sociedade Civil, **Valdinei Silva (IFPA)** retomou a discussão de reuniões anteriores sobre a criação de uma base de dados para suprir as necessidades de compor o colegiado e suas respectivas Câmaras Técnicas. Desta forma, a **Secretária Executiva** informou que encaminhará a minuta da Resolução para a assinatura do Presidente do Conselho por decisão *ad referendum*, sendo que o documento será matéria da pauta da reunião subsequente. Iniciando os informes, ela comunicou ao Plenário sobre o Estudo



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

246 Hidrogeológico da Região Metropolitana de Belém que serão realizados pela ANA, que
247 contratará por meio de licitação uma empresa para realizar este trabalho. Entre os cinco
248 Estados selecionados no Brasil, o Pará é o quarto com este projeto a ser implantado. Assim,
249 assumiu o compromisso junto ao Conselho de encaminhar para todos, a última versão deste
250 estudo, que será executado em vinte e quatro meses, sendo que na próxima reunião ela
251 almeja convidar um representante da ANA para apresentar este trabalho mais detalhadamente
252 para o melhor acompanhamento do CERH. Outro ponto tratado nos informes foi o Programa
253 de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, publicado pela ANA, no Diário
254 Oficial da União no dia Mundial das Águas deste ano. O programa consiste no repasse de
255 recurso para os governos estaduais e seus órgãos gestores, com o objetivo dos Estados
256 implementarem os instrumentos da Política de Recursos Hídricos. O Pará já iniciou este
257 processo e encaminhou para assinatura do Governador o Decreto que nomeia a Sema como
258 coordenadora das ações do Programa, na qualidade de Órgão Gestor da Política Estadual de
259 Recursos Hídricos. Depois de assinado, serão encaminhados o Decreto e as demais
260 documentações para a ANA, junto ao ofício solicitando a adesão do Estado ao programa. A
261 outra etapa refere-se às atribuições do Conselho que deverá elaborar, aprovar e acompanhar
262 o plano de trabalho para a aplicação do recurso correspondente a setecentos e cinquenta mil
263 reais por ano, durante cinco anos. No último ponto dos informes, ela citou a proposta de
264 Resolução, que define os procedimentos de habilitação dos representantes da sociedade civil
265 e usuários de recursos hídricos no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Sobre este
266 assunto, ela informou que, no processo anterior, a Secretaria Executiva enfrentou grandes
267 problemas referentes às documentações, portanto faz-se necessário a elaboração desta
268 Resolução para normatizar os procedimentos de habilitação. A minuta será encaminhada à
269 CTIL e posteriormente submetida à deliberação do Plenário. Além disto, a **Secretária**
270 **Executiva** comentou sobre a publicação da Lei Estadual de Saneamento Nº 7.731, de 20 de
271 setembro de 2013. Por fim, informou que a Secretaria Executiva convocará os membros das
272 três Câmaras Técnicas do CERH (CTIL, CTCEAR e CTPERH) para a II reunião conjunta,
273 com a finalidade de eleger ou reeleger os seus Presidentes para o mandato de mais um ano.
274 Lembrou ainda que os relatórios dos Grupos de Trabalho (Vazões e Compensações) ainda
275 não foram encaminhados à Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta
276 ata assinada pela **Secretária Executiva** deste Conselho.

Verônica Jussara Costa Bittencourt
Diretoria de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva do CERH-PA